



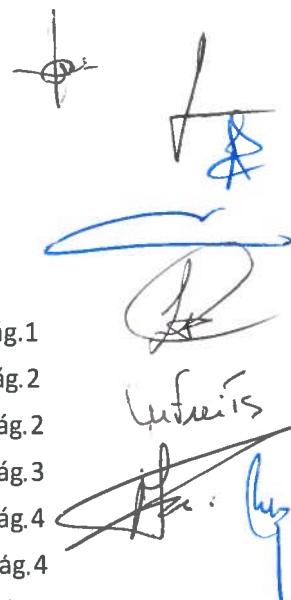
CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Índice

Relatório de gestão consolidado	pág.1
Introdução	pág.2
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação	pág.2
Recursos Humanos	pág.3
Atividades do conjunto	pág.4
Fatos ocorridos após o encerramento do exercício	pág.4
Disposição final	pág.5
Demonstrações consolidadas	pág.6
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental	pág.7
Demonstração Consolidada de Direitos e obrigações por natureza	pág. 9
Demonstrações Financeiras Consolidadas	pág.11
1. Balanço consolidado	pág.12
2. Demonstrações de Resultados Consolidada	pág.15
3. Fluxos de caixa	pág.17
4. Demonstração das Alterações no Património Líquido	pág.19
Anexo às demonstrações Financeiras Consolidadas	pág.21
1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	pág.22
2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas cont. e erros	pág.25
3 – Ativos intangíveis	pág.26
4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	pág.27
5 – Ativos fixos tangíveis	pág.27
6 – Locações	pág.27
7 – Custos de empréstimos obtidos	pág.28
13 – Rendimentos de Transação com contraprestação	pág.28
14 – Rendimentos de transacções sem contraprestação	pág.28
17 – Acontecimentos após a data de relato	pág.29





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name "Queiroz".

Relatório de Gestão Consolidado

Introdução

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade de consolidação de contas. O n.º 1 do Artigo 75.º preconiza que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Com a consolidação de contas pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico.

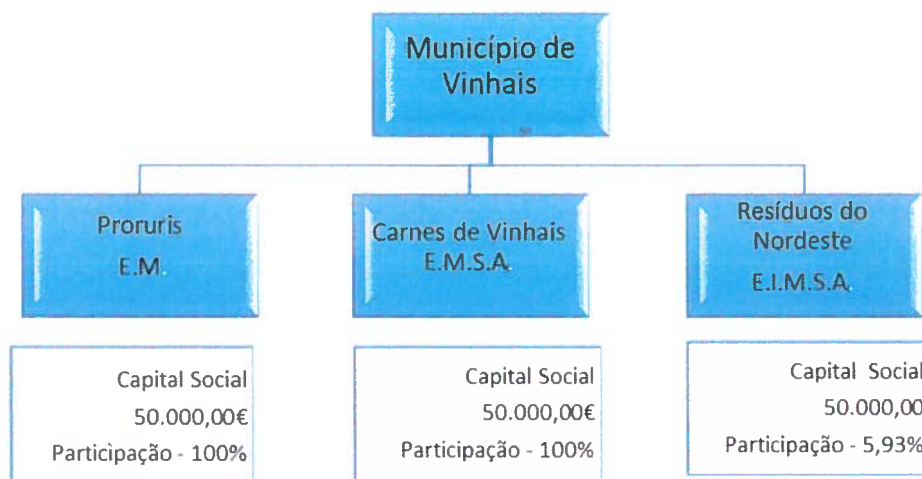
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. Este novo referencial veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas.

Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação

Conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redacção atual, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

O grupo autárquico é composto pelo Município de Vinhais, sendo este a entidade consolidante/entidade-mãe, pela empresa Municipal Proruris, E.M, como entidade controlada, pela empresa Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes E.M. SA. e pela empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Organograma do Grupo Autárquico



(Handwritten signatures and initials)

Figura 1- Organograma do grupo autárquico

Recursos Humanos

De forma a realizarem as suas atividades da forma mais eficiente possível, as empresas do grupo autárquico a 31 de dezembro de 2021 contam com um conjunto de trabalhadores, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo mencionada:

Recursos Humanos	
Entidade	N.º de Trabalhadores
Município de Vinhais	172
Proruris	31
Carnes de Vinhais	8
Resíduos do Nordeste	13

Figura 2 - Trabalhadores do grupo autárquico

Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

- Proruris E.M.

Neste âmbito salienta-se que pese embora os objetivos principais da empresa municipal serem a oferta de serviços de consultadoria no domínio rural, criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural, organização de cursos de formação profissional, promoção de eventos e apoio veterinário, destaca-se a gestão e operacionalização do Parque Biológico, pertença do Município de Vinhais, o qual lhe foi confiado exatamente para esse fim.

Resulta que da agregação das atividades municipais, não existe uma sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica

- Carnes de Vinhais – E.M. S.A

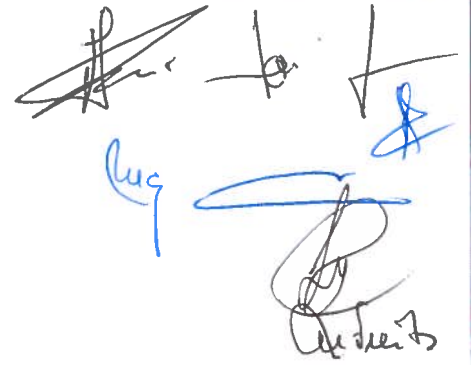
A empresa Carnes de Vinhais – E.M. S.A. tem como principal objetivo o abate e transformação de carnes, não existindo também neste caso qualquer sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica

- Resíduos do Nordeste, EIM, S.A

Quanto à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., durante o ano de 2021, prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios.

Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.



Disposição Final

De acordo com o artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, para serem apreciados pelo Órgão Deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho, o Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2021, e as seguintes demonstrações financeiras previstas no número 7 do artigo 75º do mesmo diploma legal:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza;
- Demonstração de resultados consolidada;
- Mapa dos fluxos de caixa consolidados;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidada;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Vinhais, 07 de junho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Vinhais



(Luís dos Santos Fernandes, Dr.)

Demonstrações orçamentais consolidadas

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature and the text "Dep. Tr. T. 5".

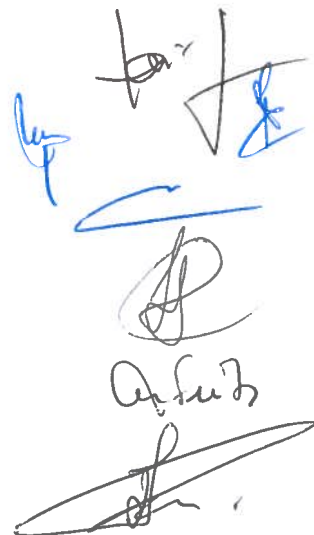
Demonstração consolidada de desempenho orçamental

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Período		Data				Ano	
01-01-2021		29-05-2022				2021	
31-12-2021						Valores em €	
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				F. ALHEIOS	TOTAL
		RP	R.G.	U.E.	EMPR		
RA01	Saldo de gerência anterior	328 268,51 €		1 211 495,56 €		500 379,03 €	2 040 143,10 €
RI01	Operações orçamentais [1]	328 268,51 €		1 211 495,56 €			1 539 764,07 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais						583 715,60 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]					500 379,03 €	500 379,03 €
RA02	Receta corrente	11 695 840,34 €		20 075,76 €			11 705 916,10 €
R1	Receta fiscal	699 780,99 €					699 780,99 €
R1.1	Impostos diretos	699 780,99 €					699 780,99 €
R1.2	Impostos indiretos						
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades	94 182,66 €					94 182,66 €
R4	Rendimentos de propriedade	410 503,96 €					410 503,96 €
R5	Transferências e subsídios correntes	9 852 495,47 €		20 075,76 €			9 872 571,23 €
R5.1	Transferências correntes	9 852 495,47 €		20 075,76 €			9 872 571,23 €
R5.1.1	Administrações Públicas	9 852 495,47 €		20 075,76 €			9 872 571,23 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 631 826,72 €					9 631 826,72 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	208 819,23 €		20 075,76 €			228 894,99 €
R5.1.1.3	Segurança Social	11 849,52 €					11 849,52 €
R5.1.1.4	Administração Regional						
R5.1.1.5	Administração Local						
R5.1.2	Exterior - U.E.						
R5.1.3	Outras						
R5.2	Subsídios correntes						
R6	Venda de bens e serviços	501 144,21 €					501 144,21 €
R7	Outras receitas correntes	127 733,05 €					127 733,05 €
RA03	Receta de capital	2 043 206,00 €		1 769 774,36 €			3 812 980,36 €
R8	Venda de bens de investimento	2 600,00 €					2 600,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 040 606,00 €		1 769 774,36 €			3 810 380,36 €
R9.1	Transferências de capital	2 040 606,00 €		1 769 774,36 €			3 810 380,36 €
R9.1.1	Administrações Públicas	2 040 606,00 €		1 769 774,36 €			3 810 380,36 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 040 606,00 €		1 769 774,36 €			3 810 380,36 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
R9.1.1.3	Segurança Social						
R9.1.1.4	Administração Regional						
R9.1.1.5	Administração Local						
R9.1.2	Exterior - U.E.						
R9.1.3	Outras						
R9.2	Subsídios de capital						
R10	Outras receitas de capital						
RA04	Receta efetiva [2]	13 732 824,39 €		1 789 850,12 €			15 522 674,51 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 778,05 €					3 778,05 €
RA05	Receta não efetiva [3]						
R12	Receta com ativos financeiros						
R13	Receta com passivos financeiros						
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	14 061 092,90 €		3 001 345,68 €			17 062 438,58 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					221 715,54 €	221 715,54 €
DA01	Despesa corrente	9 696 594,51 €					9 696 594,51 €
D1	Despesas com o pessoal	3 834 167,27 €					3 834 167,27 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	2 931 689,02 €					2 931 689,02 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	100 986,03 €					100 986,03 €
D1.3	Segurança social	801 492,22 €					801 492,22 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 220 344,12 €					3 220 344,12 €
D3	Juros e outros encargos	16 829,56 €					16 829,56 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2 555 044,59 €					2 555 044,59 €
D4.1	Transferências correntes	2 127 787,96 €					2 127 787,96 €
D4.1.1	Administrações Públicas	914 900,10 €					914 900,10 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D4.1.1.3	Segurança Social						
D4.1.1.4	Administração Regional						
D4.1.1.5	Administração Local						
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	914 900,10 €					914 900,10 €
D4.1.3	Famílias	455 010,58 €					455 010,58 €
D4.1.4	Outras	585 167,28 €					585 167,28 €
D4.2	Subsídios Correntes	172 710,00 €					172 710,00 €
D5	Outras despesas correntes	427 256,63 €					427 256,63 €
DA02	Despesa de capital	70 208,97 €					70 208,97 €
D6	Aquisição de bens de capital	4 781 222,18 €		34 846,99 €			4 816 069,17 €
D7	Transferências e subsídios de capital	4 001 479,65 €		34 846,99 €			4 036 326,64 €
D7.1	Transferências de capital	778 742,53 €					778 742,53 €
D7.1.1	Administrações Públicas	778 742,53 €					778 742,53 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	610 051,98 €					610 051,98 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D7.1.1.3	Segurança Social						
D7.1.1.4	Administração Regional						
D7.1.1.5	Administração Local						
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	610 051,98 €					610 051,98 €
D7.1.3	Famílias	148 690,55 €					148 690,55 €
D7.1.4	Outras	20 000,00 €					20 000,00 €
D7.2	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital	1 000,00 €					1 000,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	14 477 816,69 €		34 846,99 €			14 512 663,68 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	431 730,69 €					431 730,69 €
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros	431 730,69 €					431 730,69 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	14 909 547,38 €		34 846,99 €			14 944 394,37 €
DO1	Operações de tesouraria [C]					134 536,39 €	134 536,39 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	-848 454,48 €		2 966 498,69 €		587 558,18 €	2 705 602,39 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-848 454,48 €		2 966 498,69 €			2 118 044,21 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					500 379,03 €	500 379,03 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-744 992,30 €		1 755 003,13 €			1 010 010,83 €
DA10	Despesa primária	14 460 987,13 €		34 846,99 €			14 495 834,12 €
DA11	Saldo corrente	1 989 245,83 €		20 075,76 €			2 009 321,59 €
DA12	Saldo de capital	-2 738 016,18 €		1 734 927,37 €			-1 003 088,81 €
DA13	Saldo primário	-728 162,74 €		1 755 003,13 €			1 026 840,39 €
DA14	Receta total [1] + [2] + [3]	14 061 092,90 €		3 001 345,68 €			17 062 438,58 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	14 909 547,38 €		34 846,99 €			14 944 394,37 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Quadro 1 – Demonstração consolidada de desempenho orçamental



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the bottom.

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

		Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas		Valores em €	
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2021		2020	
		128.864,94	101.000,63	144.013,04	64.673,97
Rubrica	OBRIGAÇÕES			2021	2020
R1	Receita corrente				
R1.1	Receita fiscal			47.533,12	41.135,76
R1.2	Impostos diretos			46.381,77	40.992,93
R2	Impostos indiretos			1.151,35	142,83
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	16.313,09	13.274,39		
R4	Taxas, multas e outras penalidades			96.479,92	22.185,10
R5	Rendimentos de propriedade				
R5.1	Transferências e subsídios correntes		2.305,00		430,61
R5.1.1	Transferências correntes		2.305,00		430,61
R5.1.1.1	Administrações Públicas		2.305,00		
R5.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português				
R5.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades				
R5.1.1.3	Segurança Social				
R5.1.1.4	Administração Regional				
R5.1.1.5	Administração Local				
R5.1.2	Exterior - UE				
R5.1.3	Outras				
R5.2	Subsídios correntes				
R6	Venda de bens e serviços	112.511,85	85.421,24		430,61
R7	Outras receitas correntes	40,00			
R8	Receita de capital			29.116,98	20.139,00
R9	Venda de bens de investimento			29.116,98	20.139,00
R9.1	Transferências e subsídios de capital				
R9.1.1	Transferências de capital				
R9.1.1.1	Administrações Públicas				
R9.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português				
R9.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades				
R9.1.1.3	Segurança Social				
R9.1.1.4	Administração Regional				
R9.1.1.5	Administração Local				
R9.1.2	Exterior - UE				
R9.1.3	Outras				
R9.2	Subsídios de capital				
R10	Outras receitas de capital				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos				
	Receita efetiva [1]	128.864,94	101.000,63	173.130,02	84.812,97
	Receita não efetiva [2]				
R12	Receita com ativos financeiros				
R13	Receita com passivos financeiros				
	Receita total [2]+[3]	128.864,94	101.000,63	173.130,02	84.812,97
	Despesa efetiva [4]			173.130,02	84.812,97
	Despesa não efetiva [5]				
D9	Despesa com ativos financeiros				
D10	Despesa com passivos financeiros				
	Despesa total [6]=[4]+[5]			173.130,02	84.812,97

Quadro 2 – demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a horizontal line, and several smaller signatures below it.

Demonstrações financeiras consolidadas

1. Balanço consolidado



Balço consolidado

Valores em €

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		39.833.785,58 €	37.892.471,27 €
Ativos fixos tangíveis	5	39.192.197,48 €	37.228.554,26 €
Ativos intangíveis	3	30.545,58 €	24.846,49 €
Participações financeiras		599.892,88 €	639.070,52 €
Outros ativos financeiros		11.149,64 €	9.712,79 €
Clientes, contribuintes e utentes			
Ativo corrente		3.910.542,42 €	3.120.025,67 €
Inventários	10	76.672,39 €	89.193,14 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		100.955,39 €	64.816,47 €
Clientes, contribuintes e utentes		298.203,92 €	245.163,53 €
Estado e outros entes públicos		63.970,10 €	64.578,63 €
Outras contas a receber		203.596,15 €	194.649,27 €
Diferimentos		44.281,10 €	56.923,49 €
Caixa e depósitos		3.122.863,37 €	2.404.701,13 €
Total Ativo		43.744.328,00 €	41.012.496,94 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		36.429.010,28 €	35.169.723,64 €
Património/Capital		23.661.492,86 €	23.661.492,86 €
Reservas		3.069.480,36 €	3.053.887,59 €
Resultados transitados		-7.890.690,25 €	-7.152.933,12 €
Outras variações no património líquido		18.026.881,68 €	16.292.406,51 €
Resultado líquido do período		-438.154,37 €	-685.130,20 €
Total Património Líquido		36.429.010,28 €	35.169.723,64 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		6.073.661,72 €	4.759.609,37 €
Provisões		105.141,02 €	105.141,02 €
Financiamentos obtidos	7	1.838.766,92 €	2.272.278,20 €
Diferimentos		3.427.606,99 €	1.742.268,42 €
Outras contas a pagar		702.146,80 €	639.921,73 €
Passivo corrente		1.241.655,99 €	1.083.163,93 €
Fornecedores		254.538,91 €	144.501,29 €
Estado e outros entes públicos		120.825,84 €	113.499,97 €
Financiamentos obtidos	7	11.261,50 €	10.859,83 €
Fornecedores de investimentos		29.116,98 €	20.139,00 €
Outras contas a pagar		762.885,00 €	837.781,43 €
Diferimentos		27.111,75 €	35.674,37 €
Outros passivos financeiros		35.916,02 €	25.702,38 €
Diferenças de consolidação (se positiva)			-104.994,34 €
Total Passivo		7.315.317,72 €	5.842.773,30 €
Total Património Líquido e Passivo		43.744.328,00 €	41.012.496,94 €

Quadro 3 – Balço consolidado

Balanço

O balanço consolidado representa a situação financeira do grupo municipal a data de encerramento do exercício no ano de 2021. O balanço é composto pelo ativo e pelo património líquido e passivo, que totalizaram 43.744.328,00€ como se pode verificar no quadro anterior.



O ativo desdobra-se em ativo não corrente que representa 91,06% e em ativo corrente que representa 8,94%.

Em relação ao ativo não corrente destaca-se os ativos fixos tangíveis com um valor de 39.192.197,48 € e no ativo corrente o destaque vai para caixa e depósitos com um montante de 3.122.863,37 €.

Observa-se ainda que o ativo sofreu um aumento do ano de 2020 para 2021 no montante 2.731.831,06€ baseado essencialmente pelo aumento dos ativos fixos tangíveis e valores em caixa e depósitos.

Em relação ao passivo registou-se no final do ano de 2021 o valor de 7.315.317,72€, o qual resulta essencialmente de financiamentos obtidos e diferimentos do passivo não corrente.

O património líquido ascende a 36.429.010,28€, sendo influenciado pelos resultados transitados negativos.

Luís de F. S.

Luís de F. S.


2. Demonstração de Resultados consolidada

Demonstração de Resultados consolidada

Valores em €

Código das contas SNC-AP	Descrição	2021	2020
70	Impostos, contribuições e taxas	799.218,04	758.012,57
71	Vendas	3.081,57	4.952,41
72	Prestações de serviços e concessões	2.016.270,48	1.880.729,17
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	10.624.508,98	9.501.896,31
	Variação nos Inventários da produção	-1.554,08	-403,44
74	Trabalhos para a própria entidade	316.574,35	239.718,13
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-135.077,82	-103.771,11
62	Fornecimentos e serviços externos	-4.377.390,94	-3.049.348,88
63	Gastos com pessoal	-4.407.870,50	-4.065.377,86
60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos	-3.575.739,01	-2.535.552,09
603	Prestações sociais	-20.737,72	-16.546,60
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8.176,06	-16.331,73
	Aumentos/reduções de justo valor	-24,54	-3,07
78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos	1.075.594,82	1.012.356,05
68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos	-225.136,26	-148.692,94
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2.083.541,32	3.461.636,92
64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2.505.496,88	-2.750.530,03
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-421.955,56	711.106,89
782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos	12.417,13	1.110,13
682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados	-23.861,81	-29.494,92
	Resultado antes de impostos	-433.400,24	-9.553,68
	Imposto sobre o rendimento do período	-4.754,13	2.408,10
	Resultado líquido do exercício	-438.154,37	685.130,20

Quadro 4 – Demonstração de resultados consolidada

Demonstração dos resultados

Avaliada a demonstração de resultados consolidada verifica-se que o grupo teve um resultado líquido negativo de 438.154,37€. O que significa que os proveitos e ganhos não foram suficientes para cobrir os custos e perdas do ano.

Comparativamente ao ano anterior verificou-se um agravamento do resultado líquido consolidado do exercício.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

3. Fluxos de caixa consolidados

Fluxos de caixa consolidados a 31/12/2021

Valores em €

Rubricas	Notas	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		936.953,88
Recebimentos de contribuintes		746.267,09
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9.799.702,07
Recebimentos de utentes		93.344,47
Pagamentos a fornecedores		-3.228.335,88
Pagamentos ao pessoal		-4.113.681,96
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.968.809,82
Pagamentos de prestações sociais		-20.737,72
Caixa gerada pelas operações		2.244.702,14
Outros recebimentos/pagamentos		675.311,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2.920.013,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4.043.632,55
Pagamentos - Ativos intangíveis		-36,47
Pagamentos - Investimentos financeiros		-39,66
Recebimentos provenientes de:		0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		59,30
Recebimentos - Propriedades de Investimento		327.114,86
Recebimentos - Subsídios ao investimento		21.786,80
Recebimentos - Transferências de capital		2.040.606,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1.654.141,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		53.632,46
Pagamentos respeitantes a:		0,00
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-433.642,41
Pagamentos - Juros e gastos similares		-27.331,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-407.341,91
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		858.529,97
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2.404.701,13
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3.157.598,09
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2.040.143,10
Saldo da gerência anterior (SGA)		2.040.143,10
SGA De execução orçamental		1.539.764,07
SGA De operações de tesouraria		500.379,03
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2.705.602,39
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2.705.602,39
SGS De execução orçamental		2.118.044,21
SGS De operações de tesouraria		587.558,18

Quadro 5 – Fluxos de caixa consolidados

Handwritten signatures in blue and black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be official or personal marks.

4. Demonstração das alterações no património líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Período						Ano								
01-01-2021						2021								
31-12-2021	Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim		Valores em €								
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património	Ações / quotas próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do	TOTAL		
Posição no início do período		23.661.493,86 €				2.743.421,29 €	-7.177.113,90 €	0,00 €	0,00 €	15.740.750,16 €	-755.485,61 €	34.213.065,90 €	0,00 €	34.213.065,90 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00 €	68.193,60 €	0,00 €	0,00 €	2.040.606,00 €	0,00 €	2.108.799,60 €	0,00 €	2.108.799,60 €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							68.193,60 €			2.040.606,00 €		2.108.799,60 €	0,00 €	2.108.799,60 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €				0,00 €	-3.444,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		-3.444,14 €	0,00 €	-3.444,14 €
Correção de erros materiais							3.444,14 €					3.444,14 €	0,00 €	3.444,14 €
Resultado Líquido do Período							0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-424.989,44 €	-424.989,44 €	0,00 €	-424.989,44 €
RESULTADO INTEGRAL											-424.989,44 €	1.683.810,16 €	0,00 €	1.683.810,16 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							-798.439,78 €	0,00 €	0,00 €	-276.672,77 €	755.485,61 €	-319.626,94 €	0,00 €	-319.626,94 €
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações							-798.439,78 €			-276.672,77 €	755.485,61 €	-319.626,94 €	0,00 €	-319.626,94 €
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		23.661.493,86 €				2.743.421,29 €	-7.907.360,08 €	0,00 €	0,00 €	17.504.683,49 €	-424.989,44 €	35.577.249,12 €	0,00 €	35.577.249,12 €

Quadro 6 – Demonstração das alterações no património líquido

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be official or personal marks.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação social, sede e nº de pessoas ao Serviço:

a.1) Designação da entidade: Município de Vinhais

Sede: Rua das Freiras N.º 13 – 5320-335 Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2021: REFERENCIAL CONTABILISTICO:

Distribuição dos trabalhadores por Carreiras/Categorias segundo a modalidade de vínculo e género e a 31/12/2021

Carreiras/Categorias	Modalidades de Vínculo Exercício Funções Públicas					
	CTFPTI		CTFPTRC		Comissão de Serviço	
	H	M	H	M	H	M
Dirigente Intermédio					2	2
Técnico Superior	19	18			1 b)	
Assistente Técnico	7	21				
Assistente Operacional	79	19				
Informática	2					
Outros	2 a)					
Total	110	58			3	2
Total Geral				172		

a) Fiscais Municipais

b) Chefe de Equipa Multidisciplinar

Quadro 7 – Trabalhadores do Município carreiras/categorias

a.2) Designação da entidade: PRORURIS Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M.

Sede: Rua Dr. Álvaro Leite – Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2021: 31

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

Detenção por parte do Município de uma participação de 50.000,00 € no capital social da empresa municipal PRORURIS, EM, correspondente a 100% do seu capital social.

a.3) Designação da entidade: Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e transformação de carnes EM.SA.

Sede: Zona Industrial, Lote 18, 5320-338 – Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2021: 8

- **Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;**

Detenção por parte do Município de uma participação de 50.000,00 € no capital social da empresa municipal Carnes de Vinhais, E.M. S.A., correspondente a 100% do seu capital social.

a.4) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste, EIM. S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian, 5370-340 Mirandela

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2021: 13

- **Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;**

Os Resíduos do Nordeste, EIM. S.A., é uma empresa Intermunicipal, da qual o Município de Vinhais faz parte.

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação e sede:

- **Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente:**

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Motivo de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	N.I.P.C.			
Águas do Norte - Grupo de Águas de Portugal S.A.	505863901	SA	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de
Laboratório Regional de Trás-os-Montes	503271985	SQ	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Motivo de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	N.I.P.C.			
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	510957544	Comunidade Intermunicipal - Lei n.º 75/2013, de	84130	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Associação de Municípios do Nordeste Transmontano	504004522	AMFE - Associação de Municípios de Fins	3600194995 (Ver.3)	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Turismo de Porto e Norte de Portugal E.R.	506477878	SQ	94995	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município

Quadro 8 – Entidades excluídas do perímetro de consolidação

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

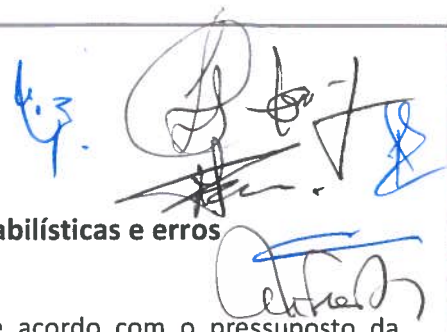
As demonstrações financeiras consolidadas do exercício foram preparadas, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de dezembro de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do grupo consolidado apresentava a seguinte distribuição:

Desagregação de caixa e depósitos consolidado		
Período	2021/01/01 - 2021/12/31	
	Valores em €	
Conta	2021	2020
Caixa	4.442,64	3.692,44
Depósitos à ordem	6.709.677,92	5.601.152,02
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à Ordem	6.709.677,92	5.601.152,02
Depósitos a prazo	84.292,52	84.292,52
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	577.327,43	499.906,07
Total de caixa e depósitos	7.375.740,51	6.189.043,05

Quadro 9 – Desagregação de caixa e depósitos



Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações Financeiras consolidadas do Município foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comprativa e não apresentam revogações às disposições do SNC-AP.

2.1 - Base de Mensuração:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro e, de um modo geral, utilizando o custo histórico como base de mensuração. As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira. O desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível e intangível encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações e amortizações:

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Inventários:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são mensuradas ao custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Regime do acréscimo:

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”

Cientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade. A imparidade é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais de contas a receber.

Financiamentos obtidos

O reconhecimento do passivo do capital em dívida dos empréstimos é registado de acordo com o nível de maturidade da mesma, sendo considerado passivo de médio e longo prazo quando a exigibilidade é superior a um ano e de curto prazo para valores exigíveis até um ano.

2.7 - Alteração das estimativas contabilísticas com efeito no período corrente:

De acordo com a NCP2 os efeitos das alterações em estimativas são reconhecidos, conforme as circunstâncias no período corrente e nos períodos futuros afetados por tais alterações.

Nota 3. Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e sistemas de informação, projectos de desenvolvimento, propriedade industrial e intelectual.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial

deduzido de depreciações (no caso de ativos intangíveis com vida útil finita) e perdas de imparidade acumuladas.

Nota 4. Acordos de concessão de Serviços: Concedente

Os contratos de concessão que o grupo consolidado tinha a 31 de dezembro de 2021, enquanto concedente, encontram-se registados no quadro seguinte:

Acordos de concessão de serviços

Concessionário	Obj. da Concessão	Data celebração do contrato	Período	Natureza
EDP	Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	25 de junho de 2001	20 anos - renovável por igual período	D.L. n.º 344-B/82, de setembro

Quadro 10 - Acordo de concessão de serviços – concedente – Município de Vinhais

Nota 5. Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis do grupo incluem edifícios, equipamento básico, administrativo e de transporte e bens de domínio público a destacar os arruamentos, rede viária e parques.

Os bens do ativo fixo tangível encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Nota 6. Locações:

A locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou séries de pagamentos. No quadro seguinte expõe-se a locação financeira da Empresa Municipal Proruris.

Locação Financeira

N.º contrato	Bem locado	Locadora	Data início	Data fim	Valor contrato	Rendas pagas	Valor em Dívida	Valor residual
LSG20684920001	Viatura AE61FL	RCI Bank	12-12-2020	14-12-2025	24.900,00 €	4.403,34 €	19.236,30 €	498,00 €

Quadro 11 locação financeira – locatário – Empresa Municipal Proruris

No ano de 2021 o município não teve locações financeiras ou operacionais.

Nota 7. Custos de empréstimos obtidos:

Apresenta-se de seguida o movimento ocorrido a 31 de dezembro de 2021, consolidado, nos rúbrica financiamentos obtidos decomposto em corrente e não corrente:

Financiamentos obtidos consolidado			
Período	2021/01/01 - 2021/12/31	Valores em €	
Conta	2021	2020	
Financiamento bancários			
Passivo corrente	11.261,50	10.859,83	
Passivo não corrente	1.838.766,92	2.272.278,20	
Total de financiamentos bancários	1.850.028,42	2.283.138,03	

Quadro 12 - Financiamentos obtidos

Nota 13. Rendimento de transacções com contraprestação

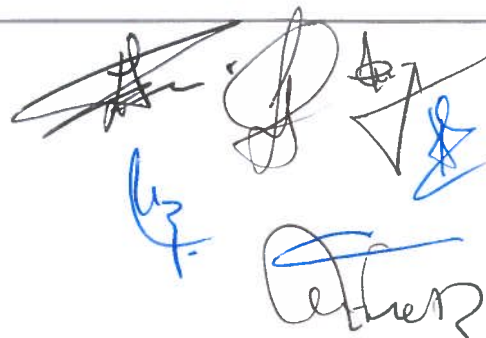
O objectivo desta norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transacções e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando principalmente a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económico futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transacção com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. São exemplo a compra ou venda de bens e serviços.

Nota 14. Rendimento de transacções sem contraprestação

Nas transacções sem contraprestação, uma entidade ou recebe o valor de uma outra entidade sem dar directamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber directamente em troca valor aproximadamente igual. As transacções subdividem-se em impostos e transferências que incluem as transferências e os subsídios correntes ou de capital.



Nota 17. Acontecimentos após a data de relato

Covid-19

Durante o ano de 2021, o Município teve despesas extraordinárias no valor de 248 080,48 €, relacionadas com a pandemia Covid-19, onde foram adotadas uma série de medidas excepcionais e temporárias, este facto resultou num impacto em várias dimensões da atividade municipal (exercício de competências, estrutura da despesa e receita, adaptação operacional dos serviços), trazendo consequências relevantes no desempenho financeiro. No que diz respeito às consolidadas, o Município não teve acesso a estes montantes.

Guerra Rússia/Ucrânia

Com o escalar do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções impostas por vários países contribuiu para um aumento dos preços das matérias-primas importadas principalmente o gás e o petróleo o que leva a um impacto negativo sobre a actividade económica conduzindo a um aumento dos preços no consumidor e perda de poder de compra.

Nota final:

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

Telefone 273 770 300 • Fax 273 771108
E-mail: c.m.vinhais@mail.telepac.pt

CONTRIBUINTE N.º 501 156 003

ANEXO

Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência de 01 de Janeiro a 31 Dezembro do ano 2021 do Município de Vinhais declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias nas instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimentos, as transações subjacentes;

g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;

h) Asseguraram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;

i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:



Maria do Rego Monteiro
António Jorge Pereira dos Santos Torres

Os responsáveis que condicionaram a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Vinhais**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 43.744.328 euros e um total de fundos próprio de 36.429.010 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 438.154 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Vinhais** em **31 de dezembro de 2021**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

Pelo facto de o Município ainda não ter procedido à inventariação e valorização dos bens do domínio público, edificados anteriormente a 2003, não é possível estimar o seu valor o que se repercute numa subvalorização do património e dos fundos próprios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na sequência da pandemia COVID-19, o Município tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização da atividade. No âmbito das medidas de combate à pandemia COVID-19 o Município realizou investimentos, quer de proteção quer de apoio aos munícipes e empresas, num valor global de aproximadamente € 248.000,00. Para o ano de 2022 não é ainda possível prever encargos decorrentes das ações de prevenção, proteção e apoio, no âmbito da pandemia COVID 19.

A invasão da Ucrânia pela Rússia traduziu-se, para já, numa escalada de preços dos combustíveis e das matérias-primas, associadas à interrupção de cadeias de abastecimento fundamentais. No entanto, não é possível estimar, para já, o efeito que tal pode vir a ter nas contas do Município de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão (e) nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de



receita cobrada líquida de 17.062.438,58 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 14.944.394,37 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Não foi feita a consolidação orçamental pelo facto de as entidades participadas não estarem sujeitas à mesma disciplina orçamental, assim como não terem contabilidade orçamental e, conseqüentemente, os registos e as demonstrações orçamentais da receita e da despesa, que são a base para as operações de consolidação.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 06 de junho de 2022



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda